

FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA, REFLEXO DE UM INDIVIDUALISMO EXACERBADO?

ABECHE, Regina Peres Christofoll¹
RODRIGUES, Alexandra Arnold²

Resumo

Este artigo faz uma revisão histórica da instituição família a partir da Idade Média, enfatizando as mudanças ocorridas nesta até a contemporaneidade. Para tanto, utilizou-se autores que trabalham, além da teoria psicanalítica e da Escola de Frankfurt (pilares deste estudo), a relação mundo do trabalho – indivíduo, para analisar a implicação desta relação na família. Hoje, o mundo do trabalho exige ao indivíduo, flexibilidade, polifuncionalidade, ausência de planos de carreira ou de emprego estável, bem como uma valorização do individualismo que potencializa a super-competição e compromete os vínculos/laços afetivos que influencia a família direta ou indiretamente. Por fim, este artigo pretende dar subsídios a pensar o trabalho como instrumento do sistema vigente e a sua relação com a família contemporânea.

Palavras-chave: Mundo do trabalho – Família contemporânea – individualismo – vínculos.

Resumen

Este artículo hace una revisión histórica de la institución familia a partir de la Edad Media, enfatizando los cambios ocurridos en esta hasta la contemporaneidad. Para tanto, se utilizo autores que trabajan, además de la teoría psicanalítica y de la Escuela de Frankfurt (pilares de este estudio), la relación mundo del trabajo – individuo, para analizar la implicación de esta relación en la familia. Hoy, el mundo del trabajo exige el individuo, flexibilidad, polifuncionalidad, ausencia de planes de carrera o de empleo estable, así como una valorización del individualismo que potencia la super-competición y compromete los vínculos/lazos afectivos que influencia la familia directa o indirectamente. Por fin, este artículo pretende dar subsidios a pensar el trabajo como instrumento del sistema vigente y su relación con la familia contemporánea.

Palabras-llave: Mundo del trabajo – Familia contemporánea – individualismo – vínculos.

¹ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM – integrante do Projeto de Pesquisa PHENIX – Grupo de Pesquisa do CNPq e orientadora do PIBIC em questão.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM – integrante do Projeto de Pesquisa-Intervenção PHENIX e bolsista do PIBIC/CNPq-UEM intitulado “Família contemporânea, uma instituição em questionamento: transição ou decadência?”.

Um breve resgate histórico...

Uma contextualização histórica da instituição família, a partir da idade média, pode possibilitar uma compreensão da resignificação/reestruturação da família na contemporaneidade. Esta contextualização será apresentada embasada em Poster (1979) que pontua quatro modelos familiares: as famílias aristocrática/patriarcal e camponesa na Idade Média e as famílias proletária e nuclear/burguesa na Idade Moderna.

Poster (1979) discorre que as casas da aristocracia europeia, no antigo regime monárquico, consistiam num agrupamento que ia de 40 até mais de 200 pessoas. Comportavam uma mistura de parentes, dependentes e clientes; as relações pautavam-se em excessiva hierarquia, e os papéis eram fixados por rígidas tradições. Os grandes castelos, eram lugares públicos e políticos, conseqüentemente não era possível qualquer privacidade.

O pai/patriarca da família tinha autoridade absoluta. Da mesma forma que, segundo Poster (1979), o cuidado com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática, estas se preocupavam em ter os filhos e organizar a vida social. As crianças, amamentadas por amas-de-leite, formavam seus primeiros vínculos com alguém que não pertencia à família.

Na família camponesa, a norma não era uma família extensa, apesar de às vezes até três gerações viverem na mesma casa. A privacidade novamente era desconhecida e não tinha valor. Neste modelo familiar, a autoridade social não estava investida no pai da casa, mas na própria aldeia, ou seja, havia fortes laços de dependência com a aldeia, de tal forma que a sobrevivência não era possível no nível da unidade familiar (POSTER, 1979).

De acordo com Poster (1979), neste modelo familiar, a amamentação era realizada pela mãe mas com escasso envolvimento emocional, como uma tarefa incomodativa e consumidora de tempo.

Pode-se dizer que em ambos os modelos, o treinamento de hábitos higiênicos era pouco fiscalizado e o controle da vida sexual na fase genital também era superficial. Neste sentido, a sexualidade infantil era reconhecida publicamente.

Poster (1979) nos deixa a idéia de que os espancamentos ainda em crianças muito pequenas característico destas estruturas familiares, bem como a aprovação externa das ações dos indivíduos, embasadas em sanções públicas na família

camponesa, tinham a função de apagar os vestígios de autonomia da criança que viesse, de certa forma, a ‘desafiava a autoridade’.

O resíduo psíquico do açoite e destas aprovações externas de ações, que por vezes levavam a punição, gerava na criança um sentimento de vergonha pela transgressão das normas da comunidade. Assim, em vez de um superego severo e uma mentalidade culpada, “[...] a criança desenvolvia um agudo senso de normas sociais, externas [...]” (POSTER, 1979, p.200). Desta forma, não se identificavam com os pais como na família nuclear que estava por vir, mas com a linha da família na patriarcal e com a aldeia na camponesa.

Através deste estudo feito por Poster e sintetizado aqui, é possível analisar que o esmagamento da autonomia e o enfraquecimento do ego da criança resultantes desta formação, viriam favorecer o poderio do Estado absolutista e o sistema mercantilista³ do período. Estes indivíduos, gerados no seio destes modelos familiares característico da Idade Média, estavam prontamente submetidos à autoridade e as normas externas.

Carrobes (2003) em comunicação oral, nos apresenta mudanças advindas na modernidade que implicaram transformações no modelo familiar. Segundo o autor, com o desenvolvimento urbano, houve grande migração de membros destas famílias para as cidades modernas, o que levou a um nível afetivo sem núcleo familiar e à ausência de vínculos. Neste contexto emerge a família nuclear que vem como alternativa, em que se buscou uma outra pessoa para cobrir o abandono dos laços da família extensa, constituído assim uma nova família, sua própria família (informação verbal).

Mas Poster (1979) abordou a existência de uma outra estrutura familiar na revolução industrial que não a nuclear, seria ela a proletária. A família proletária submetia-se à salários muito baixos e a péssimas condições de vida e assim, geralmente toda a família tinha que trabalhar. As mulheres contribuía no sustento familiar, ganhavam dinheiro fora de casa e ainda realizavam os afazeres dentro desta.

Os filhos neste modelo familiar, eram criados sem a constante atenção e fiscalização pela mãe. De acordo com Poster (1979), a disciplina era orientada na própria fábrica, já que as crianças não recebiam a disciplina esperada por esta na família para se submeterem à estrutura e organização da fábrica. Observa-se ainda que “as crianças eram amamentadas ao peito forçosamente por mães subalimentadas, exaustas e

³ Segundo Oliveira (apud Abeche, 2003), o mercantilismo seria um sistema econômico que “[...] canaliza as atividades produtivas dos cidadãos unicamente em prol do desenvolvimento e fortalecimento do Estado, [este] intervindo e cerceando a livre iniciativa no âmbito da economia [...]” (p.31).

preocupadas. O treinamento de hábitos higiênicos e o controle genital eram indubitavelmente negligentes [...]” (idem, p. 211)

Segundo Poster (1979), talvez a lacuna entre a autoridade (ou a falta de autoridade) na família da classe trabalhadora e a autoridade na fábrica ajude a explicar a disposição rebelde do jovem proletariado na primeira metade do século XIX. Estas crianças se defrontavam com uma sociedade indiferente que as tratavam com brutalidade. Neste sentido não se poderia esperar o desenvolvimento de um superego forte nos indivíduos gerados dentro deste modelo familiar que inclusive, talvez por este motivo, foi levado mais tarde a aderir modelo de família burguesa.

O modelo de família burguesa ou nuclear surgiu “[...] como a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista avançada do século XX (...) frequentemente adotada como norma para todas as outras estruturas familiares [...]” (POSTER, 1979, p.186). Esta se pautava, não mais na manutenção das tradições e continuação da linhagem, mas sim na acumulação de capital e no valor da escolha individual. A família nuclear se estabeleceu sobre “[...] a domesticidade, o amor romântico e o amor maternal, todos construídos em torno da privacidade e do isolamento [...]” (idem, p. 13)

Com relação a criação dos filhos, durante o estágio oral, era a própria mãe que amamentava, a regra era a atenção constante, a alimentação regular e a limpeza meticulosa. Tudo o que acontecesse de mal ao bebê era considerado culpa da mãe, essa interação entre mãe e bebê, ficava então carregada de ansiedade. Da mesma forma, o treinamento de hábitos higiênicos, característico da idade moderna graças aos avanços da medicina, iniciava-se em uma idade muito precoce.

A família burguesa é definida também, além do já apresentado, pela tendência à empregar ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez do castigo físico. O fato da autoridade parental ser absoluta para a criança e igualmente o amor dos pais ser profundo, induzia a criança a uma renúncia da satisfação corporal a um grau extremo a favor da imensa afeição parental.

Como conseqüência, as crianças desta internalizavam profundamente um padrão de regras, com isso “[...] a família gerou um burguês autônomo, um cidadão moderno que não necessitava de sanções ou apoios externos, mas estava automotivado para enfrentar um mundo competitivo, tomar decisões independentes e bater-se pela

aquisição de capital [...]” (POSTER, 1979, pg. 193). Assim, pode-se falar em um indivíduo preparado para compactuar com os valores da doutrina liberal⁴.

Na contemporaneidade, com a implementação o sistema neoliberal⁵, encontramos uma **extrema mobilidade das configurações familiares**, ou seja, novas formas de convívio são improvisadas em torno da necessidade de criar os filhos (KEHL, 2001). Estas novas formas de convívio estão expressas nas famílias monoparental, que se compõe de um pai ou uma mãe e o (os) filho (os); recomposta, um segundo casamento; adotiva; homossexual; entre outras. É necessário pensar esta ‘desordem da família’ (ROUDINESCO) e a ‘família tentacular’ (KEHL) da atualidade enquanto estruturas submersas no sistema econômico neoliberal.

O mundo do trabalho enquanto instrumento do sistema neoliberal!

Entendendo que as relações de trabalho repercutem na subjetividade dos indivíduos e conseqüentemente na família, devemos compreender como se encontra esta relação indivíduo - trabalho e as influências desta sob os vínculos e a estrutura familiar na contemporaneidade.

Barreto (2000) situa a conjuntura contemporânea com relação ao mundo do trabalho, em que “[...] cresce vertiginosamente a terceirização, quarteirização e o contrato temporário em busca da flexibilização no uso do trabalho. Novas características foram incorporadas à função: qualificação e polifuncionalidade [...]” (pg.95). Exige-se dos trabalhadores “[...] alta concentração, maior qualificação, capacidade de adaptação e respostas rápidas às demandas da produção [...]” devendo ainda estarem “[...] motivados e satisfeitos, decididos e atuantes, identificados com os objetivos do capital e

⁴ Segundo Abeche (2003) o pensamento liberal se constitui numa crítica ao poder absoluto do Estado. A preposição principal “[...] consiste em quanto menos o Estado se envolve na esfera relativa à vida privada dos cidadãos, mais se realiza a função principal: assegurar os direitos dos homens à vida, à liberdade e à propriedade.” (p.31).

⁵ É compreendido pelos seus “dez mandamentos” apontados por Pena (apud GUINSBERG, 2001, pg.87): “[...] diminuir os gastos e o tamanho [poder] do estado; combater a inflação, mesmo que o crescimento seja prejudicado; reduzir os impostos sobre o capital; desenvolver a previdência social privada e eliminar a pública; eliminar o salário mínimo e indenizações por dispensa; privatizações das empresas públicas; flexibilização do mercado de trabalho; eliminação de subsídios, exceto o capital; abertura total de mercados, manutenção do livre câmbio e manutenção de tarifas alfandegárias; supressão de monopólios públicos, transferindo-os para o privado [...]” (tradução da autora)

flexibilizados emocionalmente o que significa ser ‘maleável, fácil de manejar, domável, dócil, complacente, brando, suave, submisso’[...]” (pg.101)

Hoje, em função das mudanças contínuas do mercado que “[...] é dinâmico demais para permitir que se façam as coisas do mesmo jeito ano após ano, ou que se faça à mesma coisa [...]” (SENNET, 2001, p.22), busca-se uma nova maneira de organizar o tempo: ‘não há longo prazo’. Este princípio, introduzido no mundo do trabalho contemporâneo se reflete nas relações familiares e sociais, corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, que são laços sociais que levam tempo para surgir.

O neoliberalismo exige, dentro das organizações, esse comportamento ‘flexível’ de manter-se aberto a mudanças e ser adaptável a elas, exige “[...] pessoas à vontade em relação a não calcular as conseqüências de mudança, ou a não saber o que virá depois. A maioria das pessoas, porém não se sentem à vontade com a mudança desse modo indiferente e negligente [...]” (SENNET, 2001, p.32). A mudança aqui, não tem um sentido de continuidade com o que veio antes, mas um rompimento por atos que alteraram irreversivelmente a vida do indivíduo, em que o presente se torna descontínuo com o passado. Nada do que já foi feito é reconhecido, ou considerado, é necessário sempre começar de novo.

De acordo com Sennet (2001), as pessoas geralmente ‘aceitam’ uma mudança repentina em situações de guerras, fomes ou outros desastres, compreendendo que terão de improvisar para sobreviver sob grande ansiedade e sofrimento. O que difere na incerteza que assola os indivíduos hoje é que “[...] ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo [...]” (idem, p.32)

Neste sentido, a instabilidade tanto econômica quanto afetiva, marca a vida dos indivíduos hoje, afetando conseqüentemente as famílias. Vive-se uma ‘ansiedade trivial, diária’ como aponta Sennet (2001) já que a própria instabilidade das organizações flexíveis impõe a necessidade de correr riscos, vivendo constantemente no limite. De acordo com o autor, estar em risco é inerentemente mais deprimente que promissor, é permanecer em um estado contínuo de vulnerabilidade, de ambigüidade e incerteza.

Com relação a isso, a vida de cada um confunde-se com a vida econômica da empresa, seu tempo depende da demanda e necessidades da empresa. As emoções flexibilizadas e o “flexitempo” (SENNETT, 2001) determinam o curto prazo com os amigos, família e até mesmo o emprego. Transformados em objetos, despidos de

autonomia, expropriados dos direitos agora flexibilizados, vivem o individualismo competitivo e antropofágico que corrói o caráter (SENNETT, 2001).

Neste sentido, Barreto (2000) coloca que as “[...] necessidades mais simples são interditas, desrespeitadas [o que] (...) refletirá na subjetividade, espaço invisível, que repercutirá nas relações familiares e amigáveis, impondo uma nova ordem às emoções [...]” (p. 169). Ocorre ao trabalhador a “[...] extensão do trabalho em suas vidas e da família (...) em que o social aparece implicado com o trabalho, e por ele, sendo engendrado e determinado [...]” (pg.121).

Na contemporaneidade, para as mulheres, “[...] o sentido do trabalho se relaciona ao ‘cuidado’ e melhora da ‘qualidade de vida’ para a família, seguida do prazer e realização individual ao sentir que alcançou os objetivos que se auto-impôs [...]” (BARRETO, 2000, pg. 158). Adorno (1992) aponta que “[...] na admissão das mulheres em toda espécie de atividade supervisionada esconde-se o prosseguimento de sua desumanização [...]” (pg. 80). Desta forma, “[...] as mulheres compensam a ‘desvalorização’ dando o máximo de suas energias, superando as dificuldades e reafirmando sua capacidade num mundo masculino [...]” (BARRETO, 2000, pg. 158).

Barreto (2000) afirma que as mulheres se encontram em conflito constante entre a realização pessoal e o cuidar da família, “[...] quando infringem a norma e retornam ao mercado, os filhos devem estar crescidos. Se pequenos ou em fase de amamentação deixam-os aos cuidados de outros e vivenciam simultaneamente a culpa e cobrança de ‘abandono’. Aquelas que retornam após alguns anos ao mercado de trabalho, na base, estão as necessidades provenientes das dificuldades de sobrevivência, o desencanto com o casamento e separações, o desemprego do marido, as novas necessidades dos filhos e despesas familiares, o resgate do ‘velho sonho abandonado’ de trabalhar fora [...]” (p. 187)

De acordo com a autora (Idem, p.126), “[...] para os homens, é motivo de vergonha ficar em casa desempregados e doentes. Muitas vezes o retorno ao mercado torna-se impossível por variados fatores: a doença do trabalho, a seqüela do acidente, a baixa escolaridade, a idade, fazendo-os desistir, depois de longas procuras pelas empresas. Em casa enfrentam críticas, cobranças, separações, sendo frequente a humilhação [...]”. Isto se exacerba à medida que a responsabilidade da não inserção no mercado de trabalho é refutada ao indivíduo.

Atribui-se hoje, o sucesso e o fracasso do indivíduo exclusivamente ao próprio indivíduo esquecendo-se ou ignorando completamente causalidades históricas e sociais

(GUARESCHI, 1999); os sujeitos são individualmente responsabilizados por uma situação econômica adversa e injusta.

Assim, a pobreza e o desemprego passam a ser de responsabilidade e culpa exclusivamente do indivíduo, situação que aponta uma injusta e mentirosa culpabilização do mesmo. Uma vez que não se pode ter uma visão do todo fundamentado pelas questões históricas, políticas, econômicas e sociais (GUARESCHI, 1999) este indivíduo assume a responsabilidade e a culpa que é endereçada pelo sistema.

“[...] Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não esteja à altura das pessoas que o cercam. Ao falar de suas dificuldades conjugais, estabelecem uma relação etiológica entre a perda do emprego e as tensões surgidas em casa, que costumavam levar a uma separação ou a um divórcio. **À desclassificação profissional soma-se uma desintegração familiar que aprofunda o sentimento de culpa** [...]” (PAUGAM, 1999, p. 74, grifos nossos).

Sennet (2001) aponta que ‘a apreensão com o emprego se impôs em toda parte, diluindo a auto-estima, **rachando famílias**, fragmentando comunidade, alterando a química dos locais de trabalho’. A inquietação e angústia com o presente se dão pelo clima que enfatiza o risco constante (principalmente da perda do emprego), esta aumenta quando as experiências passadas parecem não servirem de guia para o presente. Da mesma forma, não há padrões de autoridade e responsabilidade em que o indivíduo se paute e assim sente que não tem por quem ser reconhecido. Os indivíduos sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis, a isto Sennet denominou ‘superficialidade degradante’.

Fora do mundo do trabalho, na família, o princípio de que não há longo prazo significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar, assinalando uma ausência de autoridade e de orientação firme na criação dos filhos. Segundo Sennet (2001), a família precisaria “[...] enfatizar, ao contrário, a obrigação formal, a confiança, o compromisso mútuo e o senso de objetivo. Todas essas são virtudes de longo prazo [...]” (p.27).

Todo esse funcionamento reflete uma cultura da instantaneidade, efemeridade, sem história e sem possibilidade de formação de projetos contínuos como o casamento, já que hoje, pelos valores neoliberais, determina-se um tempo vivencial interior sempre presente.

Considerando que, segundo Freud (1981), Eros e Ananké (Amor e Necessidade/Trabalho) são os fundamentos da cultura humana e que a cultura designa a

síntese das produções e instituições que distanciam a vida dos homens da de seus antecessores animais e serve a dois fins: proteger o homem contra a natureza e regular as relações dos homens entre si, pode-se falar em uma perversão da cultura. A cultura hoje está ausente em sua função de amparo ao qual Freud se refere.

Conseqüência do individualismo exacerbado: família contemporânea.

Salazar (2002) através de Lipovetsky, fala de uma ética a ser buscada que viria contrapor a ética da felicidade dos anos 80, caracterizada “[...] pela falta de obrigação de consagrar a vida ao próximo, a família ou a nação [...]” em que “[...] a idéia de sacrifício de si mesmo está deslegitimada, sendo estimulado o usufruto do presente o templo do eu e do corpo [...]” (Ibidem). Os imperativos desta ética são juventude, saúde, elegância, lazer e sexo, em busca da felicidade narcisista no qual ‘tudo pode’.

A partir desse resgate, vemos que os valores a respeito da família foram mudando conforme as mudanças sociais.

“[...] Na cultura da felicidade [permeada pelo neoliberalismo] ocorre um esvaziamento das preservações moralistas em benefício da realização pessoal e do direito do sujeito livre: direito a concubinação, direito a separação dos cônjuges, direito a maternidade fora do casamento, direito a ser fecundado por um genitor anônimo ou por um falecido. A família deixa de ser uma instituição transmissora dos deveres para se transformar em uma instituição emocional e flexível ao serviço da realização pessoal [...]” (SALAZAR, 2002).

A centralização do indivíduo em si próprio mostra-se como uma das virtudes do sistema neoliberal que é o motor destas novas reconfigurações familiares e fragilizações dos vínculos afetivos: “[...] o indivíduo vive como se fosse uma ilha isolada no oceano, não tendo o outro como tão necessário à separação do ‘eu’ e do ‘não eu’, que possibilita o desenvolvimento das estruturas psíquicas superiores. O indivíduo reina soberano, mas solitário [...]” (ABECHE, 2003, pg.35).

Para Dufour (2001), a nova condição subjetiva dos indivíduos é a da perda de referenciais, a ausência de amparo e de um enunciador coletivo com credibilidade. O ser humano não deve sua existência a si mesmo, mas a um Outro. Esta figura do Outro garante ao sujeito “uma permanência, uma origem, um fim, uma ordem”. Permite ainda a função simbólica, na medida em que dá ao sujeito um ponto de apoio para que seus discursos se baseiem num fundamento, funcionando como modelos de identificação.

Neste sentido, com as exigências do mundo do trabalho hoje, o contato entre pais e filhos diminui cada vez mais em proporções extremadas. Se antes o jovem, mesmo imaturo internalizava uma diretriz de conduta, hoje com tal distanciamento dos modelos identificatórios, a função de transmissão de valores fica direta ou indiretamente conferida à mídia e às escolas.

Assim, o jovem não tem dentro de si uma força diretriz, já que a internalização de modelos se encontra defasada/fragilizada. Pode-se pensar que se referenciais da indústria cultural tem um espaço grande na vida dos indivíduos hoje, “[...] as relações entre os homens estão menos valorizadas que as relações dos homens com as coisas [...]” (SALAZAR, 2002).

Adorno (1992) ao falar do ‘adocimento do contato’ nas relações sociais enquanto reflexo do modo de produção, coloca metaforicamente que, “[...] assim como nos dias de hoje as paredes de uma casa constituem-se de uma única peça moldada, do mesmo modo o cimento que unia os homens é substituído pela pressão que os mantém juntos [...]”.(p35).

De acordo com a Folha de São Paulo (2004) que publicou as estatísticas do IBGE, os brasileiros se casam cada vez mais tarde e “[...] a taxa de nupcialidade (medida pelo número de casamentos por 1000 pessoas com mais de 15 anos) caiu de 7,2 para 5,9. Essa taxa, porém, já foi menor em 2001 (5,7). [...]” (pg. C1). Ainda segundo o artigo do jornal, “[...] o total de divórcios no país passou de 95 mil em 1993 para 139 mil no ano passado, um aumento de 46% [...]”.

Poster (1979) coloca que “[...] a elevação das taxas de divórcio e de sexo extraconjugal revela uma relutância dos parceiros conjugais em permanecerem juntos [...]” (pg. 218), já que hoje se exige uma variedade de objetos de amor. O casamento deixou de ser encarado como a modalidade exclusiva de relacionamento ou como uma parceria para a vida inteira. Assim, “[...] os princípios de companheirismo, intimidade e amor entre os cônjuges na família burguesa estão sendo questionados como nunca haviam sido antes [...]” (Idem, pg.218).

É importante observar ainda que “[...] pai e mãe sentem-se esmaecidos, confusos, ambivalentes quanto aos seus papéis e quanto aos valores a serem transmitidos. A exposição a que estamos submetidos pela avalanche das transformações sociais, culturais e econômicas acaba por alterar os códigos e valores que são usados na formulação que possamos fazer de nós mesmos e da família [...]” (CORRÊA, 2000, p.130).

De acordo com Poster (1979, p.218), “[...] fora das relações coisificadas e utilitárias do trabalho, as pessoas buscam desesperadamente sua plena realização emocional, o único caminho para o que continua sendo a família. Assim, “[...] embora muitas pessoas continuem experimentando padrões familiares não-burgueses, não se pode afirmar que a família burguesa tenha sido abolida [...]” (Idem, p. 220), já que as características estruturais básicas da família burguesa persistem: a criança defronta-se com dois adultos de quem deve obter satisfação de todas as suas necessidades de amor, proteção, alimentação e educação.

Pautando-se neste contexto, é importante pensarmos na **ética da responsabilidade**, ética que Salazar (2002) propõe baseando-se em Lipovtski. Ética que se esforça na conciliação entre os princípios dos direitos individuais e as obrigações sociais, econômicas, científicas. Ética que se afasta dos códigos de uma moral rígida por uma parte e de uma ausência de códigos por outra.

Seria então esta ética, segundo a autora, a ‘única capaz de estar á altura dos desafios do futuro’. Para tanto é necessário “[...] a fixação de limites reagindo contra os excessos de permissividade individualista, tecnológica, capitalista da mídia [...]” (SALAZAR, 2002).

A partir dos fatos apresentados é possível identificar o sujeito ideal para a manutenção e reprodução do sistema econômico social vigente em cada época, e em especial, na atualidade. Individuo este pautado no individualismo levado às últimas conseqüências, chegando este a estar sem referencias, solitário, atomizado e que nestas condições é facilmente transformado em massa (FREUD, 1981). Massa por que o individuo não consegue ser mais reconhecido na sua diferença, da mesma forma, o Outro inexistente em sua diferença como auxílio/ amparo para a construção da autonomia.

É possível perceber também mundo do trabalho como um instrumento do sistema neoliberal que possibilita uma adesão dos indivíduos a suas ideologias, em favor da lógica do mercado, do mercado globalizado: sem fronteiras e limites. Mercado que valoriza o individualismo exacerbado. Questiona-se então, como o homem se constituirá enquanto sujeito da ação e da história e como constituirão famílias, se o coletivo está inviabilizado pela supercompetição (GUARESCHI, 1999), individuação e reificação dos indivíduos; no qual o outro perdeu seu valor enquanto ser do amparo e da solidariedade (LEONTIEV, 1978).

Á de se dizer então, que as famílias que sobrevivem são uma importante forma de resistência ao sistema político-econômico, que visa cada vez mais um indivíduo

consumista, desamparado, impossibilitado de estabelecer vínculos afetivos fortes (VAITSMAN, 1994) e massificado por não desenvolver relações que possibilitem sua diferenciação do outro e, como consequência, sua constituição enquanto sujeito (ADORNO, 1986). A volta de comportamentos que estabelecem **limites ao individualismo**, pode fazer talvez, da família novamente um porto seguro num mundo sem coração (VAITSMAN, 1994).

Regina P. C. Abeche
E-mail: abeche@wnet.com.br
Fone: (44) 3226-0596

Alexandra A. Rodrigues
R. Padre Raimundo Le goff, 725.
CEP: 87.020-040
e-mail: xanda.kim@pop.com.br
telf.:(44) 3025-1030 / 9912-0220

REFERÊNCIAS

ABECHE, R. P. C. **Por Trás das Câmeras Ocultas a Subjetividade Desvanece**, 2003. 456. Tese de Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

ADORNO, T. W. A Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 92 - 99. (Grandes Cientistas Sociais, 54).

_____. **Mínima Moral**: Reflexões a Partir da Vida Danificada. São Paulo: Ática, 1992.

BARRETO, M. M. S. **Uma Jornada de Humilhações**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC de São Paulo, São Paulo.

CORRÊA, A. I. G. O Adolescente e Seus Pais. In: _____. Congresso Internacional de Psicanálise e Suas Conexões: **O Adolescente e a Modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 125-132.

DUFOUR, D. **As Angústias do Indivíduo Sujeito**. Lê Monde Diplomatique, edição brasileira, ano 2, nº 13, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0102/22.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

FREUD, Sigmund. El Malestar en la Cultura. In: _____. **Obras Completas**. v.2. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. p.3018 - 3067.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpaabilização. In: _____. SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da injustiça social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 141-156.

KEHL, M. R. Lugares do Feminino e do Masculino na Família. In: _____. **A Criança na Contemporaneidade e a Psicanálise: Família e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares I**. M^o Cecília Mazzilli Comparato (Org.). São Paulo: casa do psicólogo, 2001.

LEONTIEV, A. O Homem e a cultura. In: _____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Manoel Dias Duarte. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978. p. 259-284.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SALAZAR, M. C. A. **Resignificando Valores na Família: Em Busca de Uma Nova Ética**. Disponível em: <<http://www.revistapsicologia.com.br/revista44D/index.htm>> Acesso em: 02 jan. 2002.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. M. Santana. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Famílias em Circunstâncias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.